

# IJDL

## International Journal of DIGITAL LAW

# IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW



## Editor-Chefe

**Prof. Dr. Emerson Gabardo**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e  
Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

## Editores Associados

**Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta**, Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Curitiba – PR, Brasil

**Prof. Dr. Juan Gustavo Corvalán**, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

## Editores Adjuntos

**Ms. Fábio de Sousa Santos**, Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho-RO, Brasil

**Ms. Lucas Bossoni Saikali**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil

## Conselho Editorial

**Prof. Dr. André Saddy**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Annapa Nagarathna**, National Law School  
of India, Bangalore, Índia (Presidente)

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristiana Fortini**, Universidade Federal de  
Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

**Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem**, Pontifícia Universidade Católica  
do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Diana Carolina Valencia Tello**, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia

**Prof. Dr. Endrius Cociolo**, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Eneida Desiree Salgado**, Universidade Federal do Paraná, Brasil

**Prof. Dr. Fabrício Motta**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Irene Bouhadana**, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França

**Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam**, Universidade  
Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Luísa Cristina Pinto e Netto**, University of Utrecht, Utrecht, Holanda

**Prof. Dr. Mohamed Arafa**, Alexandria University, Alexandria, Egito

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Obdulia Taboada Álvarez**, Universidad de A Coruña, A Coruña, Espanha

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Sofia Ranchordas**, University of Groningen, Holanda

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vivian Cristina Lima Lopez Valle**, Pontifícia

Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil

**Prof. Dr. William Gilles**, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lyria Bennett Moses**, University of New South Wales, Kensington, Austrália

## Conselho Especial de Pareceristas

**Prof. Dr. Álvaro Sánchez Bravo**, Universidad de Sevilla, Sevilla, Espanha

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Aline Sueli de Salles Santos**, Universidade  
Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Zancaner Zockun**, Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Müller Bitencourt**, Universidade de  
Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catarina Botelho**, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Cynara Monteiro Mariano**, Universidade Federal do Ceará, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Bittencourt Friedrich**, Universidade de  
Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

**Prof. Dr. Eurico Bitencourt Neto**, Universidade Federal  
de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

**Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura**, Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Prof. Dr. Fábio Lins Lessa Carvalho**, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

**Prof. Dr. Fernando Leal**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil

**Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira**,

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Irene Patrícia Nohara**, Universidade

Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil

**Prof. Dr. Janriê Rodrigues Reck**, Universidade de Santa  
Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

**Prof. Dr. Josep Ramón Fuentes i Gasó**, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha

**Prof. Dr. Justo Reyna**, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lígia Melo de Casimiro**, Professora adjunta de Direito

Administrativo Universidade Federal do Ceará, Brasil

**Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet**, Pontifícia Universidade  
Católica do Paraná, Curitiba, Brasil

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marcia Carla Pereira Ribeiro**, Pontifícia Universidade

Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná

**Prof. Dr. Mário André Machado Cabral**, Centro

Universitário 7 de Setembro, Fortaleza, Brasil

**Prof. Dr. Maurício Zockun**, Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Prof. Dr. Rafael Valim**, Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Prof. Dr. Ricardo Marcondes Martins**, Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Prof. Dr. Rodrigo Valgas**, Universidade Federal de Santa Catarina

**Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araújo**, Universidade

Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas

© 2023 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

# FORUM

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

IN61 International Journal of Digital Law – IJDL – ano 1, n. 1  
(abr. 2020) – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Quadrimestral; Publicação eletrônica  
ISSN: 2675-7087

1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Teoria do Direito. I. Fórum.

CD: 340.0285  
CDU: 34.004

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Aline Sobreira

Capa: Igor Jamur

Projeto gráfico: Walter Santos

# Sumário

## Contents

EDITORIAL.....	5
<i>EDITORIAL</i> .....	7

O devido processo tecnológico na prestação de serviços digitais (tratamento de conteúdo digital) sob responsabilidade das *big techs*

*The technological due process in the provision of digital services (digital content treatment) under the responsibility of big techs*

<b>Ricardo de Holanda Melo Montenegro</b> .....	9
1 Introdução .....	10
2 Lacunas regulatória e legislativa para serviços digitais .....	13
3 Devido processo tecnológico .....	17
3.1 Panorama internacional sobre regulação de serviços digitais .....	24
3.2 Exemplo de ausência de transparência no tratamento de conteúdo digital .....	26
3.3 Proposta de eixos estruturantes para tratamento de conteúdo digital .....	26
4 Considerações finais .....	30
Referências .....	33

Os desafios quanto a preservação da privacidade e da proteção de dados em face dos equipamentos IoT

*The challenges regarding the preservation of privacy and data protection in the face of the IoT equipment*

<b>Vivian Lima López Valle, Bruna Gavron Barbosa</b> .....	35
1 Introdução .....	36
2 A relevância da <i>internet</i> na sociedade de informação .....	37
3 Os direitos fundamentais à privacidade e à intimidade na Constituição de 1988 ..	39
4 O tratamento de dados por meio da Lei Geral de Proteção de Dados como forma de preservar o direito à privacidade .....	42
5 A proteção da privacidade nos dispositivos IoT com base na Lei Geral de Proteção de Dados.....	48
6 Caso iRobot – aquisição da iRobot pela Amazon .....	53
7 Conclusões.....	56
Referências .....	58

## Hipótese de tratamento de dados sensíveis: dado biométrico e relação de trabalho

### *Sensitive data processing hypothesis: biometric data and work relationship*

<b>Rafael Tedrus Bento</b> .....	63
1 Introdução .....	64
2 Por existirem dois outros meios de controle de ponto, seria o tratamento de dado biométrico cumpridor do princípio da necessidade? .....	68
3 O General Data Protection Regulation e o dado biométrico.....	69
4 Conclusão .....	73
Referências .....	74

## La Inteligencia Artificial: Una herramienta que revoluciona la compra pública

### *Artificial Intelligence: A tool that revolutionizes public procurement*

<b>Juan Francisco Diaz Colmachi</b> .....	77
1 Introducción.....	78
2 La Inteligencia Artificial .....	79
3 Aplicación de la Inteligencia Artificial.....	80
4 La Inteligencia Artificial en la contratación pública.....	81
5 Conclusiones .....	83
Referencias .....	84

## Avances de la administración colombiana en la era digital

### *Advances of the Colombian administration in the digital age*

<b>Augusto Hernández Becerra</b> .....	87
1 Introducción.....	88
2 Hacia la digitalización de la Administración de Colombia.....	89
2.1 Las primeras leyes .....	90
2.2 Creación del Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones....	90
2.3 La reforma de los procedimientos administrativos en 2011 .....	91
2.4 Leyes contra la corrupción .....	92
2.5 Legislación sobre publicidad de los actos oficiales.....	94
6 Legislación sobre transparencia .....	95
4.7 La política de Gobierno abierto o Estado abierto .....	98
2 En las fronteras de la Inteligencia Artificial .....	100
3 Conclusiones .....	103
Referencias .....	105

<b>SOBRE A REVISTA</b> .....	107
------------------------------	-----

<b>DIRETRIZES PARA AUTORES</b> .....	109
--------------------------------------	-----

Condições para Submissões .....	115
---------------------------------	-----

Política de Privacidade .....	116
-------------------------------	-----

<i>Author Guidelines</i> .....	119
--------------------------------	-----

Conditions for submissions .....	125
----------------------------------	-----

Privacy statement .....	126
-------------------------	-----

# La Inteligencia Artificial: Una herramienta que revoluciona la compra pública<sup>1</sup>

*Artificial Intelligence: A tool that  
revolutionizes public procurement*

**Juan Francisco Diaz Colmachi\***

Universidad Andina Simón Bolívar (Quito, Ecuador)

jfranciscodiaz85@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0114-9267>

**Recibido/Received:** 04.02.2023/ February 4<sup>th</sup> 2023

**Aprovado/Approved:** 14.06.2023/ June 14<sup>th</sup> 2023

---

**Resumen:** La inteligencia artificial en la administración y en la contratación pública particularmente es inminente. Es necesario estar preparados para esta vinculación que se ve venir de manera rauda. Existen ventajas y posibles riesgos que son necesarios alertarlos previo a que la tecnología llegue a cubrir de manera completa aquellas actuaciones donde los sistemas tecnológicos logren realizar actividades que tradicionalmente han sido realizados por lo humanos, en este artículo intentamos plantear una problemática sobre la que es necesaria discutir con el fin de que la administración este a la altura de asumir los nuevos retos y sobre todo de manera oportuna, preservando el bien común y sobre todo el derecho de los ciudadanos a adecuados servicios públicos.

**Palabras-clave:** Inteligencia Artificial. Contratación pública. Machine learning. Contratos. Administración pública.

**Abstract:** Artificial intelligence in administration and public procurement in particular is imminent. It is necessary to be prepared for this connection that can be seen coming quickly. There are advantages and possible risks that need to be alerted before the technology fully covers those actions where technological systems manage to carry out activities that have traditionally been carried out by humans. In this article we try to raise a problem on which it is necessary discuss so that the Administration is up to the task

---

<sup>1</sup> Como citar esse artigo/How to cite this article: COLMACHI, Juan Francisco Diaz. La Inteligencia Artificial: Una herramienta que revoluciona la compra pública. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2023. DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.1.diaz.

\* Profesor de Maestría en la Universidad Andina Simón Bolívar (Quito, Ecuador). Doctorando en Derecho por la Universidad de Valladolid. Maestría en Derecho Administrativo por la Universidad Andina Simón Bolívar Abogado por la Universidad Central del Ecuador. Coordinador Nacional del Observatorio de Contratación Pública de Ecuador (ObTCP). Miembro de la Asociación Internacional de Derecho Administrativo (AIDA) del Instituto de Estudios de Derecho Administrativo y Social (IDEAS) de la Asociación Mexicana de Derecho Administrativo (AMDA). Miembro colaborador del Observatorio de Contratación Pública de España (ObCP) y de la Red Iberoamericana de Contratación Pública (REDICOP). E-mail: jfranciscodiaz85@gmail.com.

of assuming the new challenges and above all in a timely manner, preserving the common good and above all the right of citizens to adequate public services.

**Keywords:** Artificial intelligence. Public procurement. Machine learning. Contracts. Public administration.

**Sumario:** 1 Antecedentes – 2 La Inteligencia Artificial – 3. Aplicación de la Inteligencia Artificial – 4 La Inteligencia Artificial en la contratación pública – 5 Conclusiones – 6 Referencias

---

## 1 Introducción

Hay un antes y un después de la administración pública con y sin el uso de la tecnología en su quehacer diario que comenzó hace aproximadamente 25 años. Esto provocó el cambio del correo tradicional por el correo electrónico, papeles por documentos digitales, pasando de firmas manuscritas a firmas electrónicas. Salir de los trámites presenciales para el uso de software, facilitando el trabajo de los servidores; evitando la presencia física de personas en las oficinas, solicitando autorizaciones, permisos o pagando impuestos. Si hacemos una evaluación hoy, una conclusión anticipada nos permite afirmar que sin tecnología los gobiernos no podrían realizar adecuadamente su trabajo. A pesar de esta evolución, se sigue esperando una Administración más ágil, más inclusiva, menos burocrática, incluso menos corrupta, especialmente en los países latinoamericanos, sin que el rol del ciudadano haya cambiado significativamente.

Es importante evidenciar cuál es el problema en nuestros países latinoamericanos, con respecto a la prestación de los servicios públicos. Por citar un ejemplo en Ecuador, sus ciudadanos han calificado en 2022 con 5,6 puntos sobre 10 servicios públicos del país, la peor calificación desde 2017,<sup>1</sup> entendiendo por servicios públicos seguridad, salud, educación, transporte, trámites, permisos, obtención de documentos, pagando impuestos.

Una solución a estos problemas es la implementación de un verdadero Gobierno Electrónico, entendido como “Las actividades de las administraciones pueden ejecutarse mediante el uso de nuevas tecnologías y medios electrónicos, respetando las leyes, salvaguardando la inalterabilidad e integridad de las actuaciones y garantizando los derechos de las personas”;<sup>2</sup> dentro del gobierno electrónico definitivamente resalta la ya bastante difundida inteligencia artificial (IA por sus siglas). Las palabras más usadas en español, según la Real Academia de la Lengua Española en 2022, es “Inteligencia Artificial” (IA),<sup>3</sup> que se contrasta

<sup>1</sup> Disponible en: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/servicios-publicos-calificacion-baja-ecuatorianos/>.

<sup>2</sup> DÍAZ, 2021, p. 128

<sup>3</sup> MORALES, 2022.

con la palabra “Metaverso”, que se encuentra entre las 25 palabras más usadas en inglés.<sup>4</sup> Concluyendo que estos nuevos espacios creados por la Tecnología en una especie de mundo paralelo no deben ser ajenos a la administración pública, siendo necesario estudiarlos y debatirlos, para otorgar al ciudadano un nuevo rol.

## 2 La Inteligencia Artificial

Como todos sabemos, la IA se está convirtiendo rápidamente en una de las tecnologías más transformadoras de nuestro tiempo, con el potencial de revolucionar muchos aspectos de nuestras vidas. En el sector público, la IA se aplica para tener gobiernos más eficientes, efectivos y receptivos a las necesidades de los ciudadanos. ¿Qué es la IA? La Inteligencia Artificial (IA) es un campo de estudio y desarrollo de tecnología que busca replicar la capacidad humana de razonamiento, aprendizaje y toma de decisiones en sistemas informáticos.

Por ser tan reciente hay muy poca bibliografía, sin embargo hemos encontrado algunos intentos de definirla como el de “La simulación de procesos de inteligencia humana por parte de máquinas, especialmente sistemas informáticos” conforme el diccionario de Oxford, por otro lado encontramos que es “La capacidad de una máquina para imitar la inteligencia humana y realizar tareas que normalmente requieren de la intervención humana, como el reconocimiento de voz, la toma de decisiones, la comprensión del lenguaje natural y el aprendizaje”. Según John McCarthy, uno de los pioneros en el campo de la IA. Stuart Russell y Peter Norvig autores del libro *Inteligencia Artificial: Un enfoque moderno* lo consideran como “La ciencia y la ingeniería de hacer que las máquinas sean inteligentes, especialmente mediante la programación de algoritmos que les permitan aprender de los datos, razonar, tomar decisiones y resolver problemas”.

Estas definiciones reflejan la idea central de la IA, que es la capacidad de las máquinas para realizar tareas de manera autónoma o asistida, imitando o superando la inteligencia humana en determinados dominios. La IA abarca una amplia gama de enfoques y técnicas, como el aprendizaje automático (*machine learning*), el procesamiento del lenguaje natural (NLP), la visión por computadora y la robótica, que para efectos de la administración pública se puede aprovechar la analítica y estadística para toma de decisión y predicción a fin de tener una administración pública mucho más eficiente.

---

<sup>4</sup> LINDREA, 2022.

### 3 Aplicación de la Inteligencia Artificial

Una de las mayores ventajas de la IA en la administración pública es su capacidad para procesar grandes cantidades de datos de forma rápida y precisa. Esto significa que las agencias gubernamentales pueden analizar grandes cantidades de información en tiempo real, lo que les permite tomar decisiones basadas en datos que se basan en pruebas sólidas. En el campo del transporte, la IA se puede utilizar para optimizar el flujo de tráfico y mejorar la eficiencia de los sistemas de transporte público.

Un área en la que la IA tiene el potencial de tener un impacto significativo es en el cuidado de la salud. La IA se puede utilizar para analizar los datos de los pacientes y ayudar a los proveedores de atención médica a realizar mejores diagnósticos y decisiones de tratamiento. Por ejemplo, en el campo de la radiología, la IA se puede utilizar para analizar imágenes médicas y ayudar a los radiólogos a identificar problemas potenciales que pueden haberse pasado por alto durante las revisiones manuales. Otro beneficio de la IA en la administración pública es su capacidad para automatizar tareas rutinarias, lo que libera a los trabajadores del gobierno para que se centren en cuestiones más complejas e importantes. Los *chatbots* impulsados por IA pueden manejar consultas básicas de servicio al cliente, mientras que los sistemas más avanzados pueden ayudar a procesar el papeleo y hacer predicciones sobre tendencias futuras. Esto puede ayudar a las agencias gubernamentales a operar de manera más eficiente y eficaz, al mismo tiempo que mejora la calidad de los servicios que se brindan a los ciudadanos.

En relación a esto, en Ecuador anualmente se destinan cerca de diez millones de dólares, equivalentes a casi el 10% del Producto Interno Bruto (PIB), para cubrir salarios de medio millón de funcionarios en un país de 17 millones de habitantes un número importante. Si bien es cierto la IA puede ser una amenaza para los trabajos mecánicos y de asistencia porque reemplazaríamos a los seres humanos con tecnología, el beneficio será directo para los ciudadanos, obligará a los funcionarios a superarse y beneficiará a la economía del país.

El profesor Christopher Pissarides, de la London School of Economics y Premio Nobel de economía en el año 2010, mencionó que podríamos pasar a una semana de cuatro días fácilmente implementando IA,<sup>5</sup> esto de la mano con que un reciente informe de Goldman Sachs que estimó que trescientos millones de personas podría perder sus trabajos y ser reemplazadas por IA.<sup>6</sup> Siendo una amenaza para

<sup>5</sup> Disponible en: <https://www.xataka.com/empresas-y-economia/palabra-premio-nobel-chatgpt-aliado-inesperado-semana-cuatro-dias>.

<sup>6</sup> Disponible en: <https://www.infobae.com/america/mundo/2023/03/30/goldman-sachs-estima-que-la-inteligencia-artificial-afectara-a-300-millones-de-empleos-en-las-economias-avanzadas/>.



los trabajos mecánicos y de asistencia porque sustituiríamos al ser humano por tecnología al ser más efectivo y más económico para las empresas

Para aprovechar todo el potencial de la IA en la administración pública, es importante que tengamos una fuerza laboral capacitada que sea capaz de desarrollar e implementar estas tecnologías. Esto requerirá una inversión significativa en educación y capacitación, así como asociaciones entre agencias gubernamentales, instituciones académicas y empresas del sector privado.

Otra área en la que se puede utilizar la IA para mejorar la administración pública es en el campo de la respuesta ante desastres. La IA se puede utilizar para analizar datos de múltiples fuentes, incluidas las redes sociales y las imágenes satelitales, para ayudar a los primeros en responder a identificar áreas que pueden estar en alto riesgo durante un desastre. Esto puede ayudar a salvar vidas, prevenir daños a la propiedad y aún más en los países sudamericanos que frecuentemente experimentan terremotos, erupciones e inundaciones, podría ser de gran ayuda. Sin embargo, también existen desafíos asociados con la incorporación de la IA en la administración pública. Uno de los mayores desafíos es el potencial de la IA para perpetuar las desigualdades y los sesgos existentes, especialmente si los algoritmos que impulsan estas tecnologías se entrenan con datos sesgados.

#### 4 La Inteligencia Artificial en la contratación pública

La Inteligencia Artificial (IA) ya es una herramienta poderosa y transformadora en diversos ámbitos de la sociedad. Uno de los campos en los que la IA ha encontrado una aplicación significativa es en la compra pública por parte de los gobiernos. La compra pública se refiere a la adquisición de bienes y servicios por parte de las entidades gubernamentales para satisfacer las necesidades de la sociedad y llevar a cabo sus funciones. En este artículo, exploraremos cómo la Inteligencia Artificial se podría convertir en una herramienta fundamental en el proceso de compra pública de los gobiernos, y cómo impactar positivamente la eficiencia, la transparencia y la toma de decisiones en este ámbito, intentando mostrar los beneficios y desafíos asociados con su implementación.

Empecemos ¿Cómo mejoramos la eficiencia en la compra pública? La adopción de la Inteligencia Artificial en la compra pública permite la automatización de numerosas tareas y procesos, lo que conlleva una mejora significativa en la eficiencia de estos procedimientos. Los algoritmos de aprendizaje automático pueden analizar grandes volúmenes de datos y automatizar tareas repetitivas, como el procesamiento de solicitudes de las áreas requerentes y la generación de informes que demandan tiempo importante a los funcionarios. Esto reduce la carga de trabajo administrativo y permite a los funcionarios de compras dedicar más tiempo a tareas estratégicas.

Además, la IA facilita la optimización de los procesos de adquisición. Los sistemas de IA pueden utilizar técnicas de análisis de datos y algoritmos de optimización para mejorar la planificación de la compra, identificar proveedores potenciales, realizar comparaciones de precios y condiciones, y agilizar el proceso licitatorio. Esto conduce a una mayor eficiencia en la selección de proveedores y en la obtención de los bienes y servicios necesarios para los gobiernos.

Con respecto a la transparencia, este es un principio fundamental en la compra pública, ya que garantiza la igualdad de oportunidades y la justa competencia entre proveedores. La IA puede desempeñar un papel crucial en el aumento de la transparencia en este ámbito. Por un lado, los sistemas de IA pueden rastrear y auditar todas las transacciones y decisiones de compra, proporcionando un seguimiento y una visibilidad más efectiva de todo el proceso. Esto ayuda a prevenir y detectar posibles casos de corrupción, asegurando que las acciones de los funcionarios de compras sean transparentes y estén sujetas a escrutinio público efectivo en tiempo real e incluso pasando de la sanción a la prevención.

Definitivamente la transparencia es la antítesis de la corrupción,<sup>7</sup> sin embargo, conocemos que no es el único antídoto, por lo que de manera complementaria a lo que la IA puede hacer en la contratación pública, es necesario sumar, políticas, leyes y sobre todo una cultura política y social que mantenga alejadas las malas prácticas de los procedimientos de contratación.

Por otro lado, la aplicación de la IA en la evaluación de ofertas puede garantizar que los criterios de selección sean objetivos y se apliquen de manera justa a todos los proveedores. Los algoritmos de IA pueden analizar y comparar las propuestas de los proveedores, asegurando que se realice una evaluación imparcial y transparente. Esto disminuye el riesgo de favoritismos y promueve una compra pública basada en la calidad y la competitividad. Incluir criterios de IA donde ganan las mejores ofertas, limita la discrecionalidad de los servidores públicos, evolucionando a compras inteligentes y para ello será necesario invertir en desarrollo tecnológico.

La IA tiene el potencial de mejorar la toma de decisiones en la compra pública al proporcionar información y análisis basados en datos. Los algoritmos de IA pueden analizar grandes conjuntos de datos y extraer patrones y tendencias, brindando a los funcionarios de compras una visión más clara de las opciones disponibles y las posibles implicaciones de sus decisiones. Al utilizar la IA, los gobiernos pueden tomar decisiones más informadas sobre qué proveedores seleccionar, qué precios y condiciones son más favorables, y qué estrategias de adquisición son más eficientes. Además, los sistemas de IA pueden ayudar a predecir y mitigar riesgos en el proceso de compra, permitiendo una gestión más efectiva de posibles

---

<sup>7</sup> DÍAZ, 2022.

problemas y contingencias. A esto se suma el hecho de poder obtener mejores precios, diferentes alternativas, una planificación mucho más real de los objetos de contratación que se requieren para satisfacer adecuadamente las necesidades ciudadanas.

A pesar de los beneficios que la IA ofrece en la compra pública, también plantea desafíos y consideraciones éticas que deben abordarse de manera adecuada. Uno de los desafíos es el sesgo algorítmico. Los algoritmos de IA se basan en datos históricos, y si estos datos contienen sesgos o prejuicios ocultos, los algoritmos pueden perpetuarlos en sus decisiones. Esto podría resultar en una selección desigual de proveedores o en la exclusión de ciertos grupos. Es fundamental abordar este sesgo algorítmico mediante la recopilación de datos imparciales y la implementación de mecanismos de control y supervisión adecuados. También es importante contar con un marco regulatorio adecuado y actualizado, que permita a quien parametrizan las condiciones y la información mantener altos niveles de responsabilidad a fin de evitar discrecionalidad, mantener objetividad y evitar favoritismos en las adjudicaciones.

Otro desafío importante es la seguridad y privacidad de los datos. La implementación de la IA en la compra pública requiere el acceso a grandes cantidades de información sensible, como datos financieros y personales de proveedores. Es crucial establecer protocolos de seguridad y protección de datos para evitar filtraciones o mal uso de la información, caso contrario se convertiría en un riesgo potencial. Además, es esencial considerar el impacto socioeconómico de la adopción de la IA en la compra pública. Si bien la automatización puede mejorar la eficiencia, también puede tener implicaciones en el empleo y en la relación con los proveedores tradicionales. Los gobiernos deben abordar estas cuestiones y establecer políticas y programas que mitiguen cualquier impacto negativo.

## 5 Conclusiones

La Inteligencia Artificial se avizora como una herramienta valiosa en la compra pública de los gobiernos, mejorando la eficiencia, la transparencia y la toma de decisiones informadas. La automatización de tareas, la optimización de procesos y la capacidad de análisis de datos de la IA ofrecen grandes oportunidades para mejorar los procedimientos de compra y lograr un uso más efectivo de los recursos públicos.

Es fundamental abordar los desafíos y consideraciones éticas asociados con la implementación de la IA en la compra pública. La eliminación de sesgos algorítmicos, la protección de datos y la gestión adecuada del impacto socioeconómico son aspectos clave que deben tenerse en cuenta. Con una adopción responsable y una

gestión adecuada, la IA puede ser una herramienta poderosa para promover una compra pública eficiente y transparente, beneficiando así a la sociedad en general.

Para abordar estos desafíos, es importante que abordemos el uso de la IA en el gobierno con precaución y tengamos reglas y regulaciones claras para garantizar que estas tecnologías se usen de manera ética y responsable. Esto requerirá una estrecha colaboración entre las agencias gubernamentales, las empresas de tecnología y los ciudadanos, así como un compromiso con la educación y capacitación continuas para los trabajadores del gobierno.

Finalmente, cabe preguntarse si el papel del ciudadano también ha evolucionado con estos cambios. Desde la perspectiva de la administración pública, se ha puesto a disposición del público información accesible a través de la web, lo que nos hace preguntarnos si es suficiente por cuestiones de transparencia pensando en un verdadero gobierno abierto. La tecnología ha acercado la administración pública a los hogares. Sin embargo, vemos que es necesario no solo estar cerca, sino involucrar a las personas en las decisiones que toman los gobiernos en nombre del “bien común”, no solo el día de las elecciones, sino en la toma de decisiones sobre aspectos que puedan beneficiarlos o afectarlos, tales como nuevas infraestructuras, cambios viales, nuevos trámites, licencias o requisitos y atención de servicios.

## Referencias

CUGUERÓ-ESCOFET, N.; GUASCH, X. Artificial intelligence in public procurement: How to prevent corruption in contracting authorities. *Digital Policy, Regulation and Governance*, v. 20, Issue 6, p. 534-553, 2018. Disponible en: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/DPRG-03-2018-0016/full/html>. Acceso el: 12 feb. 2023.

DÍAZ, Juan Francisco. La utopía de los trámites administrativos electrónicos. In: BARRERA, Teresita Rendón Huerta (ed.). *Construyendo una agenda del derecho administrativo en la pospandemia del Covid-19*. 1. ed. Guanajuato: LITO-GRAPO, S.A. de C.V., 2021.

DÍAZ, Juan Francisco. *La corrupción en la compra pública*. Pamplona: Editorial Aranzadi, 2022.

EUROPEAN COMMISSION. *Artificial Intelligence in the public sector*. Joint Research Centre Science for Policy Report, 2019. Disponible en: <https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/artificial-intelligence-public-sector>. Acceso el: 12 feb. 2023.

KATTEL, R.; MITRAKOVIĆ, M. Artificial Intelligence in Public Procurement: A Comparative Study of Six Countries. *Government AI Readiness Index Report*, v. 4, Issue 1, p. 32-45, Apr. 2020. Disponible en: [https://www.researchgate.net/publication/340518149\\_Artificial\\_Intelligence\\_in\\_Public\\_Procurement\\_A\\_Comparative\\_Study\\_of\\_Six\\_Countries](https://www.researchgate.net/publication/340518149_Artificial_Intelligence_in_Public_Procurement_A_Comparative_Study_of_Six_Countries). Acceso el: 9 feb. 2023

LINDREA, Brayden. ‘Metaverse’ a top 3 contender for Oxford’s Word of the Year, 23 nov. 2022. Disponible en: <https://cointelegraph.com/news/metaverse-a-top-3-contender-for-oxford-s-word-of-the-year>. Acceso el: 15 jan. 2023.

MORALES, Manuel. La palabra del año son dos: inteligencia artificial según la FundéuRAE. *Diario el País de España*, 29 dic. 2022. Disponible en: <https://elpais-com.cdn.ampproject.org/c/s/elpais.com/cultura/2022-12-29/la-palabra-del-ano-son-dos-inteligencia-artificial-segun-la-fundeu-rae.html?outputType> . Acceso el: 20 jan. 2023.

ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS (OCDE). *Artificial Intelligence in Society*. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponible en: [https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/artificial-intelligence-in-society\\_9789263499602-en](https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/artificial-intelligence-in-society_9789263499602-en). Acceso el: 4 feb. 2023.

WALKER, R.; GOLDSMITH, S. Using artificial intelligence in public procurement. *Harvard Kennedy School*, 2020. Disponible en: <https://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/mrcbg/programs/egov/files/Using%20AI%20in%20Public%20Procurement.pdf>. Acceso el: 10 feb. 2023.

---

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COLMACHI, Juan Francisco Diaz. La Inteligencia Artificial una herramienta que revoluciona la compra pública. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 4, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2023. DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.1.diaz.

---

# Diretrizes para Autores

## 1. Submissão de artigos

As propostas de artigos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser enviadas através do sistema eletrônico de submissões (gratuitamente), por meio de cadastro no Sistema Eletrônico e acesso mediante login e senha a ser realizado no [site](#). Não serão aceitas propostas enviadas por e-mail. A revista reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar qualquer original recebido, de acordo com as recomendações do seu corpo editorial, inclusive por inadequação da temática do artigo ao perfil editorial da revista, como também o direito de propor eventuais alterações.

## 2. Qualificação dos autores

Ao menos um dos autores do artigo deverá possuir o título de Doutor (Dr.), Doctor of Juridical Science (J.S.D. ou S.J.D.), Doctor juris (Dr. iur. ou Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.). A exigência poderá ser relativizada, nunca extrapolando o percentual de 30% por edição, em casos excepcionais de: (i) artigos de autores afiliados a instituições estrangeiras; (ii) artigos escritos em inglês.

## 3. Ineditismo e exclusividade

Os textos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser inéditos e para publicação exclusiva, salvo no caso de artigos em língua estrangeira que tenham sido publicados fora do país. Uma vez publicados nesta revista, também poderão sê-lo em livros e coletâneas, desde que citada a publicação original. Roga-se aos autores o compromisso de não publicação em outras revistas e periódicos, bem como de que as propostas de artigo não se encontrem postulados de forma simultânea em outras revistas ou órgãos editoriais.

## 4. Idiomas

Podem ser submetidos artigos redigidos em Português, Espanhol ou Inglês.

## 5. Cadastro dos metadados no sistema eletrônico de submissões

**5.1.** No momento da submissão do artigo no sistema eletrônico, os campos dos metadados deverão ser preenchidos obrigatoriamente de acordo com estas diretrizes, sob pena de rejeição liminar da submissão.

### 5.2. Autores

**5.2.1. Nome/Nome do Meio/Sobrenome:** indicação do nome completo do(s) autor(es) apenas com as iniciais de cada nome em caixa alta. Em caso de artigos em coautoria, os nomes de todos os coautores devem ser inseridos no sistema na ordem que deverá constar no momento da publicação.

**5.2.2. E-mail:** indicação do e-mail do(s) autor(es) para contato, que será obrigatoriamente divulgado na versão publicada do artigo.

**5.2.3. ORCID iD:** indicação do número de identificação ORCID (para maiores informações [clique aqui](#)). O identificador ORCID pode ser obtido no [registro ORCID](#). Você deve aceitar os padrões para apresentação de iD ORCID e incluir a URL completa; por exemplo: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>.

**5.2.4. URL:** link para o currículo completo do autor. No caso de autores brasileiros, deve ser indicado o link para o Currículo Lattes.

**5.2.5. Instituição/Afiliação:** indicação da sua principal afiliação institucional ou das duas principais, caso o vínculo com ambas possua a mesma importância (instituição à qual encontra-se vinculado como docente ou discente, ou, caso não seja docente ou discente, a instituição onde foi obtido o seu maior título acadêmico, como doutorado, mestrado, especialização etc.). O nome da instituição deverá constar por extenso e na língua original da instituição (ou em inglês quando a escrita não for latina), seguida da indicação do país de origem da instituição entre parênteses. Caso o autor seja docente e esteja cursando mestrado ou doutorado em outra instituição, a afiliação principal será a da instituição na qual o autor figura como mestrando ou doutorando.

**5.2.6. País:** indicação do país da principal afiliação institucional do autor.

**5.2.7. Resumo da biografia:** indicação do mini currículo, iniciando com a indicação da instituição onde figura como docente, seguida de cidade, sigla do Estado e país entre parênteses, indicação das titulações acadêmicas (começando pela mais elevada), outros vínculos com associações científicas, profissão etc.

### 5.3. Título e Resumo

**5.3.1. Título:** título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula.

**5.3.2. Resumo:** resumo no idioma do artigo, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras.

### 5.4. Indexação

**5.4.1. Palavras-chave:** indicação de 5 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula).

**5.4.2. Idioma:** indicar a sigla correspondente ao idioma do artigo (Português=pt; English=en; Español=es).

**5.5. Contribuidores e Agências de fomento:** os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar neste campo a fonte de financiamento.

**5.6. Referências:** inserir a lista completa de referências citadas no artigo, dando um espaço entre cada uma delas.

## 6. Apresentação do texto e elementos pré-textuais

**6.1.** Recomenda-se que o trabalho tenha entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas.

**6.2.** As margens utilizadas deverão ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.

**6.3.** No corpo do texto deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5 cm e espaçamento de 0 pt (pontos) antes e depois dos parágrafos.

**6.4.** Nas notas de rodapé deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas.

**6.5.** No desenvolvimento do texto, os parágrafos deverão conter recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda. Títulos e subtítulos deverão estar alinhados à margem esquerda, sem recuo.

**6.6.** A estruturação deverá observar a exposta neste item 6.6.

- 6.6.1.** Título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula e em itálico, centralizado.
- 6.6.2.** Nos casos de necessidade de indicar informações a respeito do artigo (financiamento por agências de fomento, agradecimentos, tradutores do texto etc.), deverá ser inserida uma nota de rodapé com um asterisco (e não com número) situada à direita do título no idioma do artigo.
- 6.6.3.** Título em inglês, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula, em itálico e centralizado. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo título em português.
- 6.6.4.** O artigo não deve incluir os nomes do(s) autor(es). As informações, para fins de publicação, serão retiradas dos metadados inseridos pelo(s) autor(es) no sistema eletrônico da revista no momento da submissão.
- 6.6.5.** Resumo no idioma do artigo (fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Resumo” escrita no idioma do artigo.
- 6.6.6.** Indicação de 6 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula), antecidas da expressão “Palavras-chave” redigida no idioma do artigo.
- 6.6.7.** Resumo em inglês (Fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Abstract”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo resumo em português.
- 6.6.8.** Indicação de seis palavras-chave em inglês (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula), antecidas da expressão “Keywords”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelas palavras-chave em português.
- 6.6.9.** Sumário com a identificação dos títulos das seções e das subseções, com numeração progressiva, separados por ponto vírgula, sequencialmente e em parágrafo único.
- 6.6.10.** Desenvolvimento do trabalho científico: a numeração progressiva, em números arábicos, deve ser utilizada para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho.
- 6.6.11.** Lista das referências bibliográficas efetivamente utilizadas no artigo, ao final do trabalho, separadas por um espaço simples, alinhadas à margem esquerda (sem recuo).
- 6.6.12.** Aplicam-se, para os demais aspectos de formatação, as normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).
- 6.6.13.** No caso de artigos com 4 ou mais autores, é necessário incluir uma nota de rodapé indicando qual foi a contribuição de cada um.
- 6.7.** Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico, ficando vedada a utilização de negrito, sublinhado ou caixa alta para fins de dar destaque ao texto.
- 6.8.** Figuras e tabelas devem estar inseridas no texto, e não no final do documento na forma de anexos.

## **7. Metodologia científica**

**7.1.** As referências dos livros, capítulos de obras coletivas, artigos, teses, dissertações e monografias de conclusão de curso de autores citados ou utilizados como base



para a redação do texto devem constar em nota de rodapé, com todas as informações do texto, em observância às normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 6023:2018), e, especialmente, com a indicação da página da qual se tirou a informação apresentada no texto logo após a referência.

**7.1.1.** O destaque dado ao título dos livros (ou revistas) citados deverá constar em itálico, ficando vedada a utilização de negrito.

**7.1.2.** Os artigos redigidos com citação no formato AUTOR-DATA não serão aceitos para publicação, somente o sistema de chamadas numérico exposto nas notas de rodapé.

**7.1.3.** As referências deverão constar da seguinte forma:

**7.1.3.1. Livros:**

SOBRENOME, Nome. *Título da obra em itálico*: subtítulo sem itálico. número da edição. Cidade: Editora, ano.

Exemplo:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital*: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

**7.1.3.2. Capítulos de livros coletivos:**

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo sem itálico. In: SOBRENOME DO 1º ORGANIZADOR, Nome do organizador; SOBRENOME DO 2º ORGANIZADOR, Nome do 2º organizador e assim sucessivamente, separados por ponto vírgula (Org. ou Coord.). *Título da obra ou coletânea em itálico*: subtítulo sem itálico. número da edição. Cidade: Editora, ano. página inicial-página final [antecedidas de “p.”].

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sánches; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilha: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

**7.1.3.3. Artigos em revistas:**

SOBRENOME, Nome. Título do artigo sem itálico. *Título da Revista em itálico*, cidade, volume, número, página inicial-página final [antecedidas de “p.”], meses da publicação [abreviados com as três primeiras letras do mês seguidas de ponto e separados por barra]. ano.

Exemplo:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

**7.1.3.4. Teses de Titularidade, Livre-Docência, Doutorado, Dissertações de Mestrado, Monografias de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação:**

SOBRENOME, Nome. *Título do trabalho em itálico*: subtítulo sem itálico. Cidade, ano. número de folhas seguido de “f”. Modalidade do trabalho (Grau obtido com a defesa) – Órgão perante o qual o trabalho foi defendido, Nome da instituição.

Exemplo:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

**7.1.3.5 DOI – Digital object identifier:** Caso o documento consultado na pesquisa tenha o número de DOI recomenda-se a inclusão, de modo complementar, do número após o término de cada referência.

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

**7.1.3.6. Documentos em meio eletrônico:** Documentos extraídos do meio eletrônico deverão apresentar após o término de cada referência o local da rede onde foi encontrado e apresentado da seguinte maneira.

Exemplo:

IJDL. International Journal of Digital Law. *Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>. Acesso em: 12 fev. 2020.

**7.1.4.** Os elementos das referências devem observar o seguinte padrão:

**7.1.4.1. Autor:** SOBRENOME em maiúsculas, vírgula, Nome com as iniciais em maiúsculas, seguido de ponto final.

**7.1.4.2. Edição:** deve ser incluída a informação somente a partir da segunda edição, sem ordinal, seguido de ponto e “ed.”. Exemplo: 2. ed.

**7.1.4.3. Ano:** grafado com algarismos arábicos, sem ponto no milhar, antecedido de vírgula e seguido de ponto.

**7.1.5.** Nos casos em que for absolutamente impossível obter alguma das informações acima, a ausência deverá ser suprida da seguinte forma:

**7.1.5.1.** Ausência de cidade: substituir por [S.l.].

**7.1.5.2.** Ausência de editora: substituir por [s.n.].

**7.1.5.3.** Ausência de ano: indicar entre colchetes o ano aproximado, seguido de ponto de interrogação. Exemplo: [1998?].

**7.2.** As citações (palavras, expressões, períodos) deverão ser cuidadosamente conferidas aos textos originais.

**7.2.1.** Citações diretas devem seguir o seguinte padrão de registro: transcrição com até quatro linhas devem constar do corpo do texto, com letra e espaçamento normais, e estar entre aspas.

**7.2.2.** Recomenda-se fortemente que citações textuais longas (mais de quatro linhas) não sejam utilizadas. Entretanto, se imprescindíveis, deverão constituir um parágrafo independente, com recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda (alinhamento justificado), utilizando-se espaçamento entre linhas simples e tamanho da fonte 10. Neste caso, aspas não devem ser utilizadas.

**7.2.3.** Fica vedado o uso do op. cit., loc. cit., ibidem e idem nas notas bibliográficas, que deverão ser substituídas pela referência completa, por extenso.

**7.2.4.** Para menção de autores no corpo do texto, fica vedada sua utilização em caixa alta (ex.: para Nome SOBRENOME...). Nestes casos todas as menções devem ser feitas apenas com a primeira letra maiúscula (ex.: para Nome Sobrenome...).

## 8. Redação

**8.1.** Os textos devem ser revisados, além de terem sua linguagem adequada a uma publicação editorial científica.

**8.2.** No caso de artigos redigidos na língua portuguesa, a escrita deve obedecer às regras ortográficas em vigor desde a promulgação do ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, a partir de 1º de janeiro de 2009.

**8.3.** As citações de textos anteriores ao ACORDO devem respeitar a ortografia original.

## **9. Artigos resultantes de pesquisas financiadas**

Os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar em nota de rodapé, situada ao final do título do artigo no idioma do texto, a informação relativa ao financiamento da pesquisa.

## **10. Declaração de direitos autorais**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

**10.1.** Não serão devidos direitos autorais ou qualquer outra remuneração pela publicação dos trabalhos.

**10.2.** Autores mantêm os direitos autorais e concedem à *IJD* o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. Ainda, em virtude de aparecerem nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, com aplicações educacionais e não comerciais.

**10.3.** Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (ver [O Efeito do Acesso Livre](#)).

## **11. Responsabilidade dos autores**

**11.1.** Autores são responsáveis pelo conteúdo publicado, comprometendo-se, assim, a participar ativamente da discussão dos resultados de sua pesquisa científica, bem como do processo de revisão e aprovação da versão final do trabalho.

**11.2.** Autores são responsáveis pela condução, resultados e validade de toda investigação científica.

**11.3.** Autores devem noticiar a revista sobre qualquer conflito de interesse.

**11.4.** As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

**11.5.** Ao submeter o artigo, o autor atesta que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.

## **12. Conflito de interesses**

A confiabilidade pública no processo de revisão por pares e a credibilidade de artigos publicados dependem em parte de como os conflitos de interesses são administrados durante a redação, revisão por pares e tomada de decisões pelos editores.

**12.1.** É obrigatório que o autor do manuscrito declare a existência ou não de conflitos de interesse. Mesmo julgando não haver conflitos de interesse, o autor deve declarar essa informação no ato de submissão do artigo, marcando esse campo específico.

**12.2.** Conflitos de interesses podem surgir quando autores, pareceristas ou editores possuem interesses que, aparentes ou não, podem influenciar a elaboração ou avaliação

de manuscritos. O conflito de interesses pode ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira.

**12.3.** Quando os autores submetem um manuscrito, eles são responsáveis por reconhecer e revelar conflitos financeiros ou de outra natureza que possam ter influenciado seu trabalho.

**12.4.** Os autores devem reconhecer no manuscrito todo o apoio financeiro para o trabalho e outras conexões financeiras ou pessoais com relação à pesquisa. As contribuições de pessoas que são mencionadas nos agradecimentos por sua assistência na pesquisa devem ser descritas, e seu consentimento para publicação deve ser documentado.

**12.5.** Manuscritos não serão rejeitados simplesmente por haver um conflito de interesses, mas deverá ser feita uma declaração de que há ou não conflito de interesses.

**12.6.** Os pareceristas devem, igualmente, revelar aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influir em suas opiniões sobre o manuscrito, e devem declarar-se não qualificados para revisar originais específicos se acreditarem que esse procedimento é apropriado. Assim como no caso dos autores, se houver silêncio por parte dos pareceristas sobre conflitos potenciais, isso significará que os conflitos não existem.

**12.7.** No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos pareceristas, o Conselho Editorial encaminhará o manuscrito a outro parecerista *ad hoc*.

**12.8.** Se os autores não tiverem certeza do que pode constituir um potencial conflito de interesses, devem contatar o Coordenador Editorial da Revista.

**12.9.** Para os casos em que editores ou algum outro membro publiquem com frequência na Revista, não serão atribuídos tratamentos especiais ou diferenciados. Todos os artigos submetidos serão avaliados através do procedimento *double blind peer review*.

### **13. Outras informações**

**13.1.** Os trabalhos serão selecionados pelo Coordenador Editorial e pelo Conselho Editorial da Revista, que entrarão em contato com os respectivos autores para confirmar o recebimento dos textos, e em seguida os remeterão para análise de dois pareceristas do Conselho de Pareceristas.

**13.2.** Os originais recebidos e não publicados não serão devolvidos.

**13.3.** Asseguram-se aos autores o direito de recurso das decisões editoriais.

**13.3.1.** Serão concedidos 5 (cinco) dias, contados da data da decisão final do Conselho Editorial.

**13.3.2.** O arrazoado escrito deverá ser enviado para o e-mail: journal@nuped.com.br.

**13.3.3.** O recurso será analisado pelo Conselho Editorial no prazo de 30 (trinta) dias.

### **CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita (salvo em caso de artigos em língua estrangeira publicados no exterior), e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.

4. O texto possui entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas; as margens utilizadas são: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; no corpo do texto utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5, e espaçamento de 0 pt antes e depois dos parágrafos; nas notas de rodapé utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas; no desenvolvimento do texto, os parágrafos contêm recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda; títulos e subtítulos estão alinhados à margem esquerda, sem recuo; as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na [página para submissão](#).
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
7. O autor declara que, com exceção das citações diretas e indiretas claramente indicadas e referenciadas, este artigo é de sua autoria e, portanto, não contém plágio. Declara, ainda, que está ciente das implicações legais que a utilização de material de terceiros acarreta.
8. O autor declara que participou suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo e que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.
9. O autor concorda com a política de responsabilidade estabelecida no item 10. Responsabilidade dos autores das [Diretrizes para Autores](#).

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Este periódico tem um compromisso com a ética e a qualidade das publicações, seguindo padrões internacionais de publicação científica. Defendemos um comportamento ético de todas as partes envolvidas na publicação em nosso periódico: autores, editor, pareceristas, Equipe Editorial e a Editora. Não aceitamos plágio ou qualquer outro comportamento antiético. Para isso, são seguidas as diretrizes do [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

## Deveres do Editor

- **Decisão de publicação:** o editor é responsável por decidir quais artigos submetidos à revista devem ser publicados. O editor é guiado pelas políticas decididas pelo Conselho Editorial. Essas políticas devem obedecer às exigências legais em vigor sobre difamação, violação de direitos autorais e plágio. Para tomada de decisões o editor pode consultar o Conselho Editorial e os pareceristas.
- **Transparência e respeito:** o editor deve avaliar os manuscritos submetidos sem levar em conta a raça, sexo, a orientação sexual, a crença religiosa, a origem étnica, a nacionalidade ou a filosofia política dos autores.

- **Confidencialidade:** o editor e demais membros da equipe editorial não devem divulgar qualquer informação sobre um manuscrito submetido, a não ser aos pareceristas e os conselheiros editoriais.
- **Divulgação e conflitos de interesse:** O editor não deve utilizar materiais inéditos divulgados em um manuscrito submetido em pesquisas próprias sem o consentimento expresso e por escrito do autor. O editor deve recusar avaliar os manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou (possivelmente) instituições ligadas aos manuscritos.
- **Envolvimento e cooperação em investigações:** o editor deve tomar medidas necessárias cabíveis quando foram apresentadas reclamações éticas a respeito de um manuscrito submetido ou artigo publicado.

### Deveres dos Pareceristas

- **Contribuição para as decisões editoriais:** a revisão dos pareceristas auxilia o editor na tomada de decisões editoriais e por meio das comunicações com o autor também pode auxiliar o mesmo na melhora do artigo.
- **Pontualidade:** qualquer avaliador de artigo que não se sinta qualificado para analisar o artigo ou sabe que a sua imediata leitura será impossível deve notificar imediatamente o editor.
- **Confidencialidade:** os trabalhos recebidos para análise devem ser tratados como documentos confidenciais. Eles não devem ser mostrados ou discutidos com os outros.
- **Padrões de objetividade:** os pareceres devem ser conduzidos de forma objetiva. Os pareceristas devem expressar seus pontos de vista de maneira clara e apoiados em argumentos.
- **Sobre as fontes:** os pareceristas devem identificar trabalhos publicados relevantes que não foram citados pelos autores. O parecerista deve chamar a atenção do editor sobre qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e qualquer outro *artigo* publicado de que tenha conhecimento pessoal.
- **Divulgação e conflito de interesses:** informações privilegiadas ou ideias obtidas pelo parecerista por meio da leitura dos manuscritos devem ser mantidas em sigilo e não devem utilizadas para proveito pessoal. O parecerista não deve avaliar manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou instituições ligadas aos manuscritos.

### Deveres dos Autores

- **Normas gerais:** os autores de trabalhos que se referem a pesquisas originais devem apresentar um relato preciso do trabalho realizado, bem como uma discussão objetiva sobre o seu significado. Dados complementares devem ser representados com precisão no artigo. O documento deve conter detalhes suficientes e referências que permitam que outros possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas constituem um comportamento antiético e são inaceitáveis.

- **Originalidade e plágio:** os autores devem garantir que as obras são inteiramente originais e se eles utilizam o trabalho e/ou textos dos outros que isso seja devidamente citado. Plágio em todas as suas formas constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Publicação múltipla ou redundante:** um autor não deve publicar manuscritos que descrevam essencialmente a mesma pesquisa em mais de um periódico. Publicar o mesmo artigo em mais de um periódico sem informar os editores e obter seu consentimento constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Sobre as fontes:** o trabalho de outros autores deve sempre ser reconhecido. Os autores devem citar as publicações que foram importantes na determinação da natureza do trabalho relatado. As informações obtidas em particular, como em uma conversa, correspondência, ou discussão com terceiros, não devem ser utilizadas ou relatadas sem a permissão explícita por escrito da fonte. As informações obtidas por meio de serviços confidenciais, tais como arbitragem manuscritos ou pedidos de bolsas, não devem ser utilizadas sem a permissão explícita por escrito do autor do trabalho envolvido nestes serviços.
- **Autoria:** a autoria do trabalho deve ser restrita àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. Todos aqueles que fizeram contribuições significativas devem ser listados como coautores. Pessoas que participaram em certos aspectos do projeto de pesquisa devem ser listadas como colaboradores. O autor principal deve garantir que todos os coautores apropriados estejam incluídos no artigo. O autor principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.
- **Divulgação e conflitos de interesses:** todos os autores devem divulgar no manuscrito qualquer conflito financeiro ou de outra natureza que possa influenciar os resultados ou a interpretação de seu manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.
- **Erros fundamentais em trabalhos publicados:** quando um autor descobre um erro significativo ou imprecisão em seu trabalho publicado é obrigação do autor informar imediatamente o editor da revista ou a Editoria de Periódicos e cooperar com o editor para corrigir o artigo.

### Deveres da Editora

Estamos empenhados em garantir que publicidade, reimpressão ou qualquer outra fonte de receita comercial não tenha qualquer impacto ou influência sobre as decisões editoriais.

Nossos artigos são avaliados por pares para garantir a qualidade da publicação científica. Este periódico utiliza o CrossCheck (software antiplágio da CrossRef).

\* Esta declaração se baseia nas recomendações da Elsevier e no *Best Practice Guidelines for Journal Editors* do Committee on *Publication Ethics* – COPE.

# Author Guidelines

## 1. Article Submission

Article propositions for publishing on the International Journal of Digital Law must be sent through the electronic submission system (free of cost) and access through login and password. Propositions sent by e-mail will not be accepted. The Journal has the right to accept or reject any originals received, according to its Editorial Board's recommendations, including the inadequacy of the article's theme to the journal's editorial profile, as well as the right to propose modifications.

## 2. Author Qualification

At least one of the authors must own either a PhD degree or a Doctor of Juridical Science (J.S.D. or S.J.D), Doctor juris (Dr. iur. or Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.) degree. This requirement can be relativized, never exceeding 30% of the articles per edition, in exceptional cases of: (i) authors affiliated to foreign institutions; (ii) articles written in English.

## 3. Originality and exclusivity

Articles for publication in the International Journal of Digital Law must be original and exclusive, except in case of articles written in a foreign language and published outside Brazil. After the publication of the article in this journal, it can also be published in books and compilations, as long as the original publication is mentioned. We ask the authors to commit to not publish the article in other journals or reviews, as well as not to submit it to other journals at the same time.

## 4. Languages

Articles can be submitted in English, Portuguese, and Spanish.

## 5. Registration of the metadata in the electronic submission system

**5.1.** At the time of submission of the article to the electronic system, the metadata fields must be filled in according to these guidelines, under penalty of preliminary rejection of the submission.

### 5.2. Authors

**5.2.1.** *First name/Middle name/Last name:* indication of the full name of the author(s) with only the initials of each name in capital letter. In case of articles in co-authorship, the names of all coauthors must be inserted in the system in the order that should appear at the time of publication.

**5.2.2.** *E-mail:* indication of the e-mail address of the author(s) for contact, which will mandatorily appear in the published version of the article.

**5.2.3.** *ORCID iD:* indication of the number of the author's ORCID identifier (for further information [click here](#)). The ORCID identifier can be obtained in [ORCID register](#). Authors must have to accept the patterns for presentation of ORCID iD and include the full URL (e.g.: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>).

**5.2.4.** *URL:* link to the author's full curriculum. In the case of Brazilian authors, the link to the Lattes Curriculum should be indicated.



**5.2.5. Affiliation:** indication of the author's main institutional affiliation (or two main affiliations if both of the links with them have the same importance). The main institution is where the author is professor or student, or, in case of not being professor or student anymore, the institution where the authors obtained their major academic title (PhD, J.S.D., LL.M, B.A., etc.). The institution's name must be written in full (not abbreviated) and in the original language of the institution (or in English for non-Latin languages), followed by an indication of the country of origin of the institution between parentheses. If the author is a professor and also a PhD, J.S.D or LL.M candidate in another institution, the main affiliation will be the institution where the author is candidate.

**5.2.6. Country:** indication of the country of the author's main institutional affiliation.

**5.2.7. Bio Statement:** indication of the author's abbreviated CV, with the information organized in the following sequence: first, the indication of the institution to which the author is affiliated as a professor; second, between parentheses, the city, state/province (if applicable) and country of the institution; third, indication of academic titles (starting with the highest); fourth, other bonds with scientific associations; fifth, profession; etc.

### **5.3. Title and Abstract**

**5.3.1. Title:** title in the language of the article, with only the first letter of the sentence in capital letter.

**5.3.2. Abstract:** abstract in the language of the article, without paragraph or citations and references, with up to 200 words.

### **5.4. Indexing**

**5.4.1. Keywords:** indication of 5 keywords in the language of the article (in lower case and separated by semicolons).

**5.4.2. Language:** indicate the acronym corresponding to the language of the article (Português=pt; English=en; Español=es).

**5.5. Supporting Agencies:** articles resulting from funded research projects should indicate in this field the source of funding.

**5.6. References:** insert the complete list of references cited in the article, with a space of one line between them.

### **6. Text Presentation and pre-textual elements**

**6.1.** The article must have between 15 and 30 pages (size A4 – 21 cm × 29,7 cm), including introduction, development and conclusion (not necessarily with these titles) and a bibliographic reference list. The maximum number of pages can be relativized in exceptional cases, decided by the Editorial team.

**6.2.** Edges (margins) must be: top and left with 3 cm, bottom and right with 2 cm.

**6.3.** The text must use Font Times New Roman, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt before and after paragraphs.

**6.4.** References must use Font Times New Roman, size 10, simple space between lines.

**6.5.** In the development of the text, the paragraphs must contain decrease of 1.5 cm from the left margin. Titles and subtitles must be aligned with the left margin without decrease.

**6.6.** The structure should observe the following order:

- 6.6.1.** Title in the article's language, in bold, centralized, with the first letter of the sentence in capital letter.
- 6.6.2.** In case of indicating information related to the article (financing from sponsoring agencies, acknowledgments, translators, etc.), it is necessary to insert a footnote with an asterisk (not number) on the right side of the title in the article's language.
- 6.6.3.** Title in English, with only the first letter in capital letter, in bold and in italic, centralized. In the case of articles written in English, this element must be substituted by the title in Portuguese.
- 6.6.4.** The article must not include the names of the author(s). The information for publication purposes will be taken from the metadata entered by the author(s) in the journal's electronic system at the time of submission.
- 6.6.5.** Abstract in the article's language (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, until 200 words), preceded by the word "Abstract" written in the article's language.
- 6.6.6.** Indication of five keywords in the article's language (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords" written in the article's language.
- 6.6.7.** Abstract in English (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, up to 200 words), preceded by the word "Abstract". In case of articles written in English, this element must be replaced by the abstract ("*resumo*") in Portuguese.
- 6.6.8.** Indication of five keywords in English (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords". In case of articles written in English, this element must be replaced by keywords ("*palavras-chave*") in Portuguese.
- 6.6.9.** Table of contents, indicating the titles of the sections and subsections, with progressive numbering in Arabic numbers.
- 6.6.10.** Development of the scientific article: progressive numbering, in Arabic numbers, must be used to make clear the content's systematization.
- 6.6.11.** Bibliographic references list must bring only sources that were really used, located in the end of the article, separated by a simple space, lined to the left margin (no indent).
- 6.6.12.** For other aspects, apply Brazilian technical norms (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).
- 6.6.13.** In the case of articles with 4 or more authors, it is necessary to include a footnote indicating the contribution of each one to the article.
- 6.7.** Highlights must be made only in italics, meaning that bold, underlined or caps lock, cannot be used to highlight.
- 6.8.** Images and boards must be inserted in the text, not in the end in form of attachments.

## **7. Scientific Methodology**

**7.1.** The references of books, chapters in collective books, articles, theses, dissertations/essays, monographs of quoted authors used as base to write the text must be mentioned as a reference on the footnotes, with all the information about the text, according to the Brazilian technical norms (ABNT NBR 6023:2018 – summarized in the item 7.1.3 below), and especially, indicating the page of which the information written on the text was taken, right after the reference.

**7.1.1.** Book's title (or journal's title) must be highlighted in italics (bold shall not be used for that purpose).

**7.1.2.** Articles written in the format AUTHOR-YEAR will not be accepted for publishing.

**7.1.3.** References shall appear as follows:

**7.1.3.1. Books:**

LAST NAME, Name Middle Name. *Title of the book in italics*: subtitle not in italics. Number of the edition. City: Publisher, Year.

Example:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital*: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

**7.1.3.2. Chapter in a collective book:**

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the Chapter not in bold. In: ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name; 2<sup>ND</sup> ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name, and so on, separated by semicolon (Org. or Coord.). *Title of the book in italics*: subtitle not in Italics. Number of the edition. City: Publisher, Year. first page-last page [preceded by "p."].

Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sánchez; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilha: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

**7.1.3.3. Articles in journals:**

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the article not in bold. *Title of the journal in italics*, city, volume, number, first page-last page [preceded by "p."], months of publishing [abbreviated with the first three letters of the month followed by dot and separated by a slash]. Year.

Example:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

**7.1.3.4. Theses of Full Professor contests, Doctoral theses, Master's dissertations/ essays, Undergraduate and Graduate courses monographs:**

LAST NAME, Name Middle Name. *Title in italics*: subtitle. City, year. number of pages followed by "f". Kind of the work (Degree obtained with the defense) – Department or Sector, Name of the institution.

Example:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

**7.1.3.5. DOI – Digital object identifier:** If the document consulted in the research has the DOI number, it is recommended to include, in a complementary way, the number after the end of each reference. Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

**7.1.3.6. Documents in electronic media:** Documents extracted from electronic media must present after the end of each reference the location of the network where it was found and presented as follows. Example:

DIJDL. International Journal of Digital Law. *Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>.

Acesso em: 12 fev. 2020.

**7.1.4.** The elements of references must observe the following model:

**7.1.4.1. Author:** LAST NAME in capital letters, comma, Name with the initials in capital letters, Middle Name with the initials in capital letters, followed by a dot.

**7.1.4.2. Edition:** the information must only be included after the second edition of the book, without ordinal, followed by a dot and “ed.”. Example: 2. ed.

**7.1.4.3. Year:** it must be written with Arabic numerals, without dot in thousand, preceded by comma, and followed by a dot. Example: 1997.

**7.1.5.** In case of being impossible to find one of those elements, the absence must be resolved in the following manner:

**7.1.5.1.** Absence of city: replace for [S.I.].

**7.1.5.2.** Absence of publisher: replace for [s.n.].

**7.1.5.3.** Absence of year: the approximated year must be indicated between brackets, followed by a question mark. Example: [1998?].

**7.2.** The quotations (words, expressions, sentences) must be carefully reviewed by the authors and/or translators.

**7.2.1.** The direct quotations must follow this pattern: transcription until four lines should fit in the text body, with normal letter, normal spacing and quotation marks.

**7.2.2.** It is strongly recommended that long textual quotations (more than four lines) are not used. However, if indispensable, they shall constitute an independent paragraph, with 1,5 cm of decrease related to the left margin (justified alignment), with simple lines and font 10. In that situation, quotation marks must not be used.

**7.2.3.** It is forbidden the use of “op. cit.”, “loc. cit.”, “ibidem” and “idem” in the footnotes. The references in footnote must be complete and written out.

**7.2.4.** For the mention of authors in the text body, it is forbidden the use of capital letters (e.g. for Name LAST NAME...). In this case all mentions shall be written only with the first letter in capital letter (ex.: for Name Last Name...).

## 8. Composition

**8.1.** Apart from having an adequate scientific language for an editorial publication, the text must be reviewed.

**8.2.** In the case of articles written in Portuguese, the writing must obey the new orthographic rules in force since the promulgation of the Portuguese Language Orthographic Agreement, from January 1<sup>st</sup>, 2009.

**8.3.** Citations of texts that precede the Agreement must respect the original spelling.

## 9. Articles resulted from funded researches

Articles resulted from funded research projects shall indicate in a footnote, located at the end of the article title in the original language, the information related to the research financing.

## 10. Copyright statement

Authors who publish in this Journal have to agree to the following terms:

**10.1.** No copyright or any other remuneration for the publication of papers will be due.

**10.2.** Authors retain copyright and grant the International Journal of Digital Law the right of first publication with the article simultaneously licensed under the [Creative Commons Attribution License](#), which allows sharing the work with recognition of its initial publication in this Journal. Moreover, because of their appearance in this open access Journal, articles are free to use, with proper attribution, in educational and non-commercial applications.

**10.3.** Authors are allowed and encouraged to post their work online (e.g. in institutional repositories or on their personal webpage) at any point before or during the submission process, as it can lead to productive exchanges, as well as increase the impact and citation of published work (see [The Effect of Open Access](#)).

## 11. Authors responsibilities

**11.1.** Authors are responsible for the published content, committing therefore to participate actively in the discussion of the results of their scientific research, as well as the review process and approval of the final version of the work.

**11.2.** Authors are responsible for the conducting all the scientific research, as well as its results and validity.

**11.3.** Authors should report the Journal about any conflict of interest.

**11.4.** Authors are fully and exclusively responsible for the opinions expressed in their articles.

**11.5.** When submitting the articles, authors recognize that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.

## 12. Conflict of interest

The public confidence in the double-blind peer review process and the credibility of published articles depend in part on how conflicts of interest are managed during manuscript writing, peer review and decision making by the editors.

**12.1.** It is mandatory that the author of the manuscript declares the existence or not of conflicts of interest. Even thinking that there are no conflicts of interest, the author must declare this information in the article submission act, marking that field.

**12.2.** Conflicts of interest may appear when authors, reviewers or editors have interests that, apparently or not, may influence the development or evaluation of manuscripts.

**12.3.** When authors submit a manuscript, they are responsible for recognizing and revealing financial or other nature conflicts that may have influenced their work.

**12.4.** Authors must recognize all the financial support for the work and other financial or personal connections related to the research. The contributions of people who are mentioned in the acknowledgments for their assistance in the research must be described, and its consent to publication should be documented.

**12.5.** Manuscripts will not be simply dismissed because of a conflict of interest. A statement that there is or not a conflict of interest must be made.

**12.6.** The ad hoc reviewers must also reveal to editors any conflicts of interest that could influence their opinions about the manuscript and must declare themselves unqualified to review specific documents if they believe that this procedure is appropriate. In the

case of the authors, if there is silence from the peer reviewers about potential conflicts, it will mean that conflicts do not exist.

**12.7.** If a conflict of interest on the part of the peer reviewers is identified, the Editorial Board will send the manuscript to another ad hoc reviewer.

**12.8.** If the authors are not sure about what might constitute a potential conflict of interest, they should contact the Journal's Editor-in-Chief.

**12.9.** In cases in which members of the Editorial Team or some other member publish frequently in the Journal, it will not be given any special or different treatment. All submitted papers will be evaluated by double blind peer review procedure.

### **13. Other information**

**13.1.** The articles will be selected by the Editor-in-Chief and the Editorial Board of the Journal, which will contact the respective authors to confirm the text reception, and then forward them to the two ad hoc reviewers' analysis.

**13.2.** The received and not published originals will not be given back.

**13.3.** Authors have the right to appeal of the editorial decisions.

**13.3.1.** They will be granted five (5) days from the date of the final decision of the Editorial Board to appeal.

**13.3.2.** The written appeal must be sent to the e-mail: <journal@nuped.com.br>.

**13.3.3.** The appeal will be examined by the Editorial Board within thirty (30) days

### **CONDITIONS FOR SUBMISSIONS**

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. The contribution is original and unpublished (except in the case of articles in a foreign language published abroad) and it is not being evaluated for publication by another Journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor."
2. The submission file is in Microsoft Word, OpenOffice or RTF.
3. URLs for the references have been informed when possible.
4. The text has between 15 and 30 pages (A4 size – 21 cm by 29.7 cm), including the introduction, development, conclusion (not necessarily with these titles) and a list of references; margins used are: left and top of 3 cm and right and bottom of 2 cm; the text is written in Times New Roman format, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt. before and after paragraphs; in the footnotes it was used Times New Roman, size 10, 1 pt. spacing; in the text development, paragraphs have an indent of 1.5 cm from the left margin; headings and subheadings are aligned on the left margin; figures and tables are inserted in the text, not in the end of the document as attachments.
5. The text respects the stylistic and bibliographic requirements outlined in the [Author Guidelines](#), on the page About.
6. In case of submission to a section with peer review (e.g.: articles), the instructions available in [Ensuring blind evaluation by peer reviewers](#) have been followed.
7. The author states that, except for the direct and indirect quotations clearly indicated and referenced, the article is of his/her authorship and therefore does not contain plagiarism. And states that he/she is aware of the legal implications of the use of other authors material.

8. The author states that participated in the work enough to make public their responsibility for the content and that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.
9. The author agrees with the liability policy defined in item 10. Authors responsibilities of the [Author Guidelines](#).

### PRIVACY STATEMENT

This journal is committed to ethics and quality in publication, following international patterns of scientific publication. We support standards of expected ethical behavior for all parties involved in publishing in our journal: the author, the journal editor, the peer reviewer and the publisher. We do not accept plagiarism or other unethical behavior. Thus, it follows the guidelines of the [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

### Duties of Editors

- **Publication decision:** The journal's editor is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor is guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may consult with editorial board or reviewers in decision making.
- **Fair play:** The editor should evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors.
- **Confidentiality:** The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate.
- **Disclosure and Conflicts of interest:** The editor must not use unpublished information in his/her own research without the express written consent of the author. The editor should recuse him/herself from considering manuscripts in which he/she has conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or (possibly) institutions connected to the papers.
- **Involvement and cooperation in investigations:** The editor should take reasonable responsive measures when ethical complaints have been presented concerning a submitted manuscript or published paper.

### Duties of Reviewers

- **Contribution to Editorial Decision:** Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper.
- **Promptness:** Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process.
- **Confidentiality:** Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others.

- **Standards of Objectivity:** Reviews should be conducted objectively and referees should express their views clearly with supporting arguments.
- **Acknowledgement of Source:** Peer reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. The peer reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge.
- **Disclosure and Conflicts of Interest:** Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

### Duties of Authors

- **Reporting standards:** Authors of reports of original research should present an accurate account of the work performed as well as an objective discussion of its significance. Underlying data should be represented accurately in the paper. A paper should contain sufficient detail and references to permit others to replicate the work. Fraudulent or knowingly inaccurate statements constitute unethical behavior and are unacceptable.
- **Originality and Plagiarism:** The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. Plagiarism in all its forms constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Multiple or Redundant Publication:** An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. To publish the same article in different journals without informing the editors and having their agreement constitute unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Acknowledgement of Sources:** Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Information obtained privately, as in conversation, correspondence, or discussion with third parties, must not be used or reported without explicit, written permission from the source. Information obtained in the course of confidential services, such as refereeing manuscripts or grant applications, must not be used without the explicit written permission of the author of the work involved in these services.
- **Authorship of the Paper:** Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication.



- **Disclosure and Conflicts of Interest:** All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.
- **Fundamental errors in published works:** When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.

### **Duties of the Publisher**

We are committed to ensuring that advertising, reprint or other commercial revenue has no impact or influence on editorial decisions.

Our articles are peer reviewed to ensure the quality of scientific publishing and we are also users of CrossCheck (CrossRef's plagiarism software).

\* This statement is based on Elsevier recommendations and COPE's Best Practice Guidelines for Journal Editors.